

Governo do Distrito Federal



Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Departamento Jurídico Consultivo

Divisão de Elaboração de Contratos

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS –
D.A - Nº 057/2024 – DJ/NOVACAP, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA
URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO
BRASIL – NOVACAP E A EMPRESA TQS
INFORMÁTICA LTDA.**

A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, empresa pública do Distrito Federal, criada pela Lei nº 2.874, de 1956, e reestruturada pela Lei nº 5.861, de 1972, inscrita no CNPJ sob o nº 00.037.457.0001-70, com sede no Setor de Áreas Públicas, Lote “B”, Brasília/DF, CEP: 71.215-000, doravante denominada NOVACAP, representada pelo seu Diretor-Presidente, **FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE**, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, e por seu Diretor Administrativo, **ELIE ISSA EL CHIDIAC**, libanês naturalizado brasileiro, divorciado, Tecnólogo em Gestão Executiva de Negócios, ambos domiciliados em Brasília/DF, e a empresa **TQS INFORMÁTICA LTDA**, estabelecida na Rua dos Pinheiros 706, casa 02, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP: 05.422-001, inscrita no CNPJ sob o nº 56.555.212/0001-90, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **GUILHERME DE ANGELIS COVAS**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, domiciliado em São Paulo/SP, conforme Contrato Social (Doc. SEI/GDF nº [123025716](#) p. 15), resolvem firmar o presente Contrato, por **Inexigibilidade de Licitação**, tendo em vista o Voto do Senhor Diretor Administrativo (Doc. SEI/GDF nº [132824846](#)) e a Decisão da Diretoria Executiva da NOVACAP (Doc. SEI/GDF nº [132832875](#)), constantes do Processo SEI/GDF nº **00112-00021594/2023-57**, vinculando-se as partes à [Lei nº 13.303, de 30 de junho 2016](#), no art. 134, inciso I do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP da NOVACAP, e demais normas aplicáveis, mediante as condições que se seguem:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente a contratação de empresa, por meio de **inexigibilidade**, para o fornecimento de licenças e atualização para a última versão disponível dos pacotes TQS PLENO + ALVEST PLENO + PREO PLENO + PROTENSÃO-LV, TQS PLENO E TQS EDITORAÇÃO GRÁFICA, para atender as demandas das áreas técnicas da Novacap, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência/Projeto Básico (Doc. SEI/GDF nº [122732601](#)).

1.2. Especificação Do Objeto/Valor De Referência, conforme tabela

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	AQUISIÇÃO DE LICENÇA TQS PLENO + ALVEST PLENO + PREO PLENO + PROTENSÃO-LV (Versão V24)	1	R\$ 106.040,00	R\$ 106.040,00
	ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS TQS PLENO + ALVEST PLENO + PREO PLENO + PROTENSÃO-LV (Versões V23 e V24)	1	R\$ 33.033,00	R\$ 33.033,00
	ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS TQS PLENO (Versões V23 e V24)	7	R\$ 20.176,00	R\$ 141.232,00
	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS TQS PLENO - Versão V24	1	R\$ 54.400,00	R\$ 54.400,00
	ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS TQS EDITORAÇÃO GRÁFICA (Versões V23 e V24)	3	R\$ 3.398,33	R\$ 10.195,00
VALOR TOTAL				R\$ 344.900,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor total do presente Contrato é **R\$ 344.900,00 (trezentos e quarenta e quatro mil e novecentos reais)**

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** contados do atesto da Nota Fiscal, que deverá ser emitido em até 5 (cinco) dias após o recebimento da documentação fiscal, cumpridas as exigências previstas no Termo de Referência/Projeto Básico.

3.2. Documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento, serão formalmente enviados à CONTRATADA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de sua apresentação. Os documentos de cobrança, escoimados das causas que motivaram a rejeição deverão ser reapresentados num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

3.3. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

3.4. Para pagamento de qualquer Nota Fiscal/Fatura a CONTRATADA deverá apresentar à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP os documentos abaixo que devem ser obrigatoriamente relativos ao domicílio ou à sua sede:

3.4.1. inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

3.4.2. inscrição no cadastro de contribuintes estadual, do Distrito Federal ou Municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratado;

3.4.3. regularidade com a Fazenda do Distrito Federal e regularidade com a Fazenda do Município e do respectivo Estado, para as licitantes com sede ou domicílio fora do Distrito Federal;

3.4.4. regularidade com a Fazenda Nacional, por meio de certidão expedida pela Receita Federal a ser validada pela CPL;

3.4.5. regularidade com o INSS, por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débito – CND, ou instrumento equivalente;

3.4.6. regularidade com o FGTS, por meio da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS ou instrumento equivalente, fornecido pela Caixa Econômica Federal; e

3.4.7. apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT para comprovar a inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, expedida eletronicamente, por meio do sítio

www.tst.jus.br/certidao, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

3.5. A NOVACAP não efetuará qualquer pagamento à CONTRATADA antes de quitada ou relevada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada, ou, ainda, sido indenizado o dano provocado. Nestas hipóteses efetuará a retenção nas faturas apresentadas, no valor correspondente à multa e/ou dano apurado.

3.6. Considera-se data do efetivo pagamento o dia da emissão da ordem bancária da NOVACAP, devidamente acatada pela instituição bancária responsável pela transferência dos recursos.

3.7. Na hipótese de ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela NOVACAP, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

3.7.1. $I=(TX/100)/365$

3.7.2. $EM = I \times N \times VP$, onde:

3.7.2.1. I = Índice de atualização financeira;

3.7.2.2. TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

3.7.2.3. EM = Encargos moratórios;

3.7.2.4. N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

3.7.2.5. VP = Valor da parcela em atraso.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ENTREGA**

4.1. O prazo de vigência será de **1 (um) ano**, a contar de sua assinatura, contados a partir da assinatura do contrato. Vale ressaltar que na ocasião não cabe reajustamento devido a contratação com pagamento único.

4.2. O prazo de entrega dos serviços se darão em até **7 (sete) dias corridos** após a data da assinatura do contrato, conforme especificado no item 13.1.2 do Termo de Referência/Projeto Básico (122732601).

5. **CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E FORMA DE RECEBIMENTO**

5.1. Local de entrega:

5.1.1. A entrega refere-se à disponibilização do acesso as licenças.

5.1.2. Deverá ser entregue eletronicamente para NOVACAP - DEINF, situado no Setor de Áreas Públicas Sul Lote “B”, HORÁRIO: 08:00 às 11:00 e das 13:00h às 16:00h, CEP. 71.215-000 - Brasília-DF, em até 7 (sete) dias corridos após a data da assinatura do contrato;

5.2. Forma de recebimento:

5.3. Após a realização de testes de acesso disponibilizadas, o produto será recebido, sendo atestada a respectiva nota fiscal.

5.4. Após o recebimento, o Contratante terá um prazo de 05 dias úteis para analisar a conformidade do produto com o descrito neste Projeto Básico, caracterizando a ENTREGA DEFINITIVA, caso o mesmo atenda todas as especificações.

5.5. Caso não haja conformidade, o produto recebido será devolvido ao CONTRATADO.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS**

7.1. Os preços são fixos e irremovíveis.

8. **CLÁUSULA OITAVA - FONTE DE RECURSOS**

8.1. A despesa decorrente do presente Contrato ou aditivo está prevista na Disponibilização Orçamentária (Doc. SEI/GDF nº [130394910](#)) e Nota de Empenho nº **2024NE00790** (Doc. SEI/GDF nº [135795893](#)), datada de **13/03/2024**, no valor de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, à conta do Programa de Trabalho **15126820914712499**, Natureza da Despesa **44.90.40**, Fonte de Recurso **100**.

9. **CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

9.1. Não haverá prestação de garantia de execução do objeto para a presente contratação.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES E USO**

10.1. Faz parte integrante deste Contrato, independente de suas transcrições, as condições de uso dos Sistemas TQS, bem como as obrigações das partes constantes na proposta da Contratada, conforme (Doc. SEI/GDF nº [126744857](#)).

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA NOVACAP**

11.1. Para garantir o fiel cumprimento do presente Contrato a NOVACAP se obriga a:

11.1.1. efetuar pagamento na forma estabelecida no presente Contrato, dentro do prazo estipulado, desde que atendidas às formalidades previstas;

11.1.2. designar representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato;

11.1.3. notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do Contrato, bem como, sobre multas, penalidades e/ou quaisquer débitos de sua responsabilidade;

11.1.4. acompanhar e fiscalizar as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA;

11.1.5. indicar o executor interno do Contrato na forma do art.41, Inciso II e parágrafos do Dec. 32.598/2010; e

11.1.6. atender as demais exigências contidas no Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos e outras obrigações impostas pela legislações em vigor.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Para o fiel cumprimento do presente Contrato a CONTRATADA se obriga a cumprir com todas as obrigações constantes na proposta, do Termo de Referência/Projeto Básico, e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.1.1. executar fielmente o objeto contratado conforme especificações, prazos e condições estipulados no Termo de Referência/Projeto Básico, na proposta apresentada e no Contrato;

12.1.2. manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;

12.1.3. responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiro, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais

e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da entrega do produto;

12.1.4. responsabilizar-se das eventuais despesas decorrentes do objeto contratado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) Anexo(s) do ato convocatório.

12.1.5. substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos resultantes da execução ou de materiais empregados;

12.1.6. responsabilizar-se das eventuais despesas com a entrega do objeto, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos;

12.1.7. não contratar trabalho infantil, nos termos do art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal e Decreto nº 6481/2008, que regulamenta os artigos 3º, alínea “d” e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho ao ar livre, sem proteção adequada contra exposição à radiação solar, chuva e frio;

12.1.8. assumir a responsabilidade pelos encargos sociais, fiscais e comerciais resultantes da contratação;

12.1.9. atender às determinações do representante designado pela NOVACAP, bem assim as de autoridade superior; e

12.1.10. atender as demais exigências contidas no **item 14** do Termo de Referência/Projeto Básico e outras obrigações impostas pela legislações em vigor.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Pela inexecução total ou parcial do presente Contrato a NOVACAP poderá, garantida a prévia defesa e o rito estabelecido no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

13.2. A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de penalidade de suspensão.

13.3. A aplicação de multa não impede que a NOVACAP rescinda o Contrato e aplique outras sanções previstas no seu Regulamento de Contratos e Licitações.

13.4. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo será descontado da garantia prestada pela CONTRATADA.

13.5. Configurada a hipótese de ser o valor da multa a ser aplicada superior ao valor da garantia prestada pela CONTRATADA, responderá a CONTRATADA pelo pagamento da diferença do valor apurado que poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela NOVACAP, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

13.6. O não pagamento da multa aplicada pela CONTRATADA implicará na aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

13.7. As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

13.8. O prazo da sanção prevista no inciso III do caput terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.9. A sanção prevista no inciso III do caput implica durante a sua vigência na suspensão do registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

13.10. A reincidência da prática de atos puníveis com a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, ocorrida em período inferior a 2 (dois) anos a contar do término da primeira punição, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

13.11. As sanções serão aplicadas de acordo com o procedimento previsto nos arts. 252 e seguintes do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, sendo que a multa será moratória e/ou compensatória, conforme os seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato ou da nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do Contrato ou da nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - Até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou da nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, exceto prazo de entrega.

13.12. Para efeito de aplicação de multas às infrações, serão observados os níveis de gravidade estipulados no Termo de Referência.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES**

14.1. O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

14.1.1. quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

14.1.2. quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

14.1.3. quando conveniente a substituição da garantia de execução, quando houver;

14.1.4. quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, e do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

14.1.5. quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução do serviço; e

14.1.6. para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

14.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato. O acréscimo ou a supressão não poderão exceder estes limites, salvo a supressão resultante de acordo entre as Partes.

14.3. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, e a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

14.4. Em havendo alteração do presente Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a NOVACAP deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

14.5. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio Contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, e o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do presente Contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

14.6. A forma de pagamento poderá ser alterada pela NOVACAP por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial do presente Contrato, atualizado, vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

15.1. O presente Contrato será rescindido ante os seguintes motivos:

- 15.1.1. não cumprimento reiterado de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- 15.1.2. cumprimento irregular reiterado de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- 15.1.3. lentidão na sua execução que comprometa a conclusão do fornecimento, no prazo estipulados;
- 15.1.4. paralisação do fornecimento, sem justa causa e sem prévia comunicação à NOVACAP;
- 15.1.5. subcontratação total ou parcial do seu objeto em desacordo com o Termo de Referência/Projeto Básico, respeitado ainda o disposto no Art. 78 da Lei nº 13.303, de 2016;
- 15.1.6. cessão ou transferência, total ou parcial do objeto;
- 15.1.7. fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Termo de Referência/Projeto Básico e no presente Contrato;
- 15.1.8. desatendimento reiterado das determinações regulamentares do fiscal ou do gestor do Contrato e dos seus superiores;
- 15.1.9. cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- 15.1.10. decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- 15.1.11. dissolução da empresa contratada;
- 15.1.12. alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do presente Contrato;
- 15.1.13. razões de interesse público, de alta relevância e de amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade máxima da NOVACAP;
- 15.1.14. acréscimo ou a supressão, por parte da NOVACAP, da compra, acarretando alteração do valor inicial do presente Contrato além do limite permitido no Art. 81, §§ 1º e 2º, da Lei nº 13.303, de 2016;
- 15.1.15. materialização de evento crítico previsto na matriz de riscos, ou outra forma de controle, que impossibilite a continuidade do presente Contrato;
- 15.1.16. ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente Contrato;

- 15.1.17. descumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- 15.1.18. não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
- 15.1.19. perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da sua execução;
- 15.1.20. prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846, de 2013; e
- 15.1.21. prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou a reputação da NOVACAP direta ou indiretamente;
- 15.2. A rescisão contratual se processará na forma prevista no Termo de Referência/Projeto Básico, no Contrato e no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 15.3. O presente Contrato poderá, ainda, ser rescindido de forma amigável, por acordo entre as partes.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ANÁLISE DE RISCOS**

- 16.1. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Análise de Riscos (Doc. SEI/GDF nº [122179943](#)), a CONTRATADA deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, informar a NOVACAP sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:
- Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
 - As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
 - As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
 - As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
 - Outras informações relevantes.
- 16.1.1. Após a notificação, a NOVACAP decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a CONTRATADA. Em sua decisão a NOVACAP poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.
- 16.1.2. A concessão de qualquer isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula contratual respectiva.
- 16.1.3. O reconhecimento pela NOVACAP dos eventos descritos na Análise de Riscos deste Contrato que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.
- 16.2. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 01 (um) dia útil, contados da data da ocorrência do evento.
- 16.2.1. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.
- 16.2.2. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.
- 16.2.3. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.
- 16.2.3.1. O Contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Na execução do presente Contrato é vedado à NOVACAP e à CONTRATADA e/ou seu empregado ou qualquer representante, sob pena de responsabilização na forma disciplinada no Decreto Distrital nº 37.296, de 2016, as seguintes condutas:

17.1.1. prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

17.1.2. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;

17.2. Caberá à CONTRATADA atender às políticas nacionais e locais que tenham como objetivo a inclusão social e o combate a discriminação, bem como cumprir com as exigências atinentes a legislação ambiental e demais requisitos exigidos no Termo de Referência.

17.3. Na execução do presente Contrato, fica vedado o uso de conteúdo discriminatório: contra a mulher, que incentive a violência ou que exponha a mulher a constrangimento, homofóbico ou qualquer outro que represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade, sob pena de rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, nos termos do que dispõe a Lei nº 5.448, de 2015, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 38.365, de 2017.

17.4. Todas as informações relacionadas ao objeto contratual serão consideradas "CONFIDENCIAIS" e serão objeto de sigilo, salvo se expressamente estipulado em contrário pela NOVACAP.

17.5. A CONTRATADA deve-se comprometer a guardar confidencialidade e a não utilizar qualquer tipo de informação confidencial para propósitos estranhos àqueles definidos no Contrato.

17.6. A CONTRATADA se compromete a adotar as medidas necessárias para que seus diretores, empregados, prepostos ou prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com o objeto do Contrato, que precisem conhecer Informações Confidenciais, mantenham sigilo sobre a mesma, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas deste item sejam efetivamente observadas.

17.7. O compromisso de confidencialidade é permanente e se manterá durante o período de vigência deste instrumento e após o término do mesmo.

17.8. As eventuais práticas das condutas de Riscos de Integridade sujeitarão a CONTRATADA às penalidades previstas no Termo de Referência.

17.9. O não cumprimento da obrigação de confidencialidade estabelecida neste item sujeitará a CONTRATADA ao pagamento das perdas e danos comprovadamente sofridos pela NOVACAP, sem prejuízo das demais sanções cabíveis decorrente de sua violação.

17.10. A contratada deverá observar o Código de Ética e Conduta da NOVACAP.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ASSINATURAS

18.1. Este Contrato tem validade a partir da assinatura de todas as partes contratantes, considerando-se para efeito de contagem de prazos a data da última assinatura, e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. O extrato do presente Contrato será publicado a expensas da NOVACAP, no Diário Oficial do Distrito Federal, atendendo-se ao princípio da publicidade elencado no art. 37 da Constituição Federal e Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Elegem as partes o Foro de Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas porventura oriundas do presente Contrato, se esgotadas as vias amigáveis.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL:**FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE**

DIRETOR-PRESIDENTE

ELIE ISSA EL CHIDIAC

DIRETOR ADMINISTRATIVA

TQS INFORMÁTICA LTDA:**GUILHERME DE ANGELIS COVAS**

Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME DE ANGELIS COVAS, Usuário Externo**, em 18/03/2024, às 15:59, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELIE ISSA EL CHIDIAC - Matr.0973550-X, Diretor(a) Administrativo(a)**, em 18/03/2024, às 16:24, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE - Matr.0973488-0, Diretor(a) Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 18/03/2024, às 17:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador= 133472234 código CRC= 8935D6F8](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=133472234&codigo_crc=8935D6F8).

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br